



Novo acordo ortográfico divide opiniões de gramáticos

Cyro Miranda diz que, mesmo com avaliações contrárias, Senado não poderá mudar acordo

Em debate ontem na Comissão de Educação, o gramático Evanildo Bechara defendeu a implementação do acordo ortográfico sem alterações. Já o filólogo Ernani Pimentel se mostrou favorável a maior simplificação gramatical, com a adoção da escrita fonética. Para Bechara, a simplificação fonética geraria problemas de comunicação. **4**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Evanildo Bechara fala em defesa do acordo no debate coordenado pelo senador Cyro Miranda (C), com Antônio Martins de Araújo, Ernani Pimentel e Thais Nicoletti

Projeto reforça previsão de postos de saúde no Minha Casa, Minha Vida **2**

Diretor da Petrobras depõe hoje na CPI sobre denúncias de corrupção **3**

Texto propõe que usuários participem da gestão da água de reservatórios **3**

Professor que optar por dedicação exclusiva pode ter adicional de 60% **4**

Proposta dificulta condicional para presos por crimes hediondos **4**



Jonas Pereira/Agência Senado

Renan Calheiros (C) e Paulo Paim ouvem reivindicações de representantes de militares, em maio, sobre a medida provisória

Medidas provisórias de 2001 ainda valem

Mudança na tramitação das medidas provisórias, realizada pela Emenda Constitucional 32, permitiu que 50 medidas fossem congeladas e que mantivessem validade até hoje. Uma delas trata da estrutura de remuneração dos militares e aguarda decisão. **3**

Congresso avalia créditos extras para sete ministérios

Projetos enviados pelo governo destinam R\$ 714,8 milhões aos Ministérios da Defesa, da Justiça, da

Previdência, do Trabalho, do Desenvolvimento Social, de Minas e Energia e dos Transportes. **4**



Reprodução/AM 730

A fiscalização nas rodovias será um dos serviços contemplados pelos recursos

Outubro Rosa

Tem coisas que não dá para esquecer

A luta contra o câncer de mama é uma delas



O diagnóstico precoce é a melhor maneira de combater o câncer de mama. O movimento Outubro Rosa tem o objetivo de lembrar a importância do autoexame e da mamografia como formas de identificação precoce da doença.

Participe dessa luta você também.

SENADO FEDERAL

Projeto prevê que número de unidades de saúde vinculadas ao programa obedeça a parâmetro de cobertura populacional. Emenda do relator responsabiliza prefeitos pelo não cumprimento da medida

Texto garante posto de saúde no Minha Casa, Minha Vida

A INSTALAÇÃO DE postos de saúde nas proximidades de empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida, prevista na Lei 11.977/2009, pode receber um reforço para ser efetivada. Projeto do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), em tramitação na Comissão de Infratestrutura (CI), pressiona as prefeituras a apressarem a providência.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 374/2013 determina que o número de unidades básicas de saúde vinculadas ao Minha Casa, Minha Vida deverá obedecer, no mínimo, ao parâmetro de cobertura populacional estabelecido pela autoridade sanitária federal. E prevê a suspensão do pagamento do financiamento habitacional até o efetivo funcionamento dos postos.

O prefeito teria 180 dias para abrir os serviços de saúde e, assim, evitar a interrupção do pagamento das parcelas a vencer. O prazo começaria a contar a partir da emissão das cartas de "habite-se" para as moradias incluídas no Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), subprograma do Minha Casa, Minha Vida.

Ao recomendar a aprovação



Objetivo da proposta é tornar efetiva a aplicação de lei que trata do programa

do projeto, o relator, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), apresentou emenda mudando o foco da estratégia de cobrança sobre os prefeitos.

Responsabilidade

Em vez de condicionar o pagamento das prestações em aberto pelo mutuário ao funcionamento dos postos de saúde, Inácio decidiu propor a aplicação do Decreto-Lei 201/1967, que disciplina os crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores. No caso, os gestores municipais seriam responsabilizados pelo

eventual não cumprimento da Lei 11.977/2009.

Inácio manteve a previsão de que a instalação das unidades básicas de saúde deverá seguir parâmetros mínimos de cobertura populacional. No entanto, inseriu outros requisitos a serem observados, como estrutura física, equipamentos, profissionais e equipes de saúde necessários, todos fixados em regulamento federal.

Depois de passar pela CI, o PLS 374/2013 seguirá para votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Projeto obriga legendas em propaganda eleitoral

A propaganda eleitoral gratuita, a propaganda partidária e os debates transmitidos pela televisão podem ser obrigados a utilizar os recursos da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e legendas. A medida tem o objetivo de ampliar a divulgação de propostas dos candidatos a cargos eletivos para a parcela da população com deficiência auditiva.

A exigência consta do Projeto de Lei do Senado (PLS) 272/2014, de Ruben Figueiró (PSDB-MS), que aguarda designação de relator na

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Após passar pelo colegiado, a proposta será apreciada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde poderá ser aprovada sem ir ao Plenário.

Simultaneidade

O projeto estipula que a propaganda partidária gratuita, transmitida pela televisão, deverá utilizar, simultaneamente, os recursos de Libras e as legendas, que deverão constar do material entregue

às emissoras, sob pena de não divulgação. A proposta também ordena que a transmissão de debates entre candidatos também tenha a interpretação em Libras ao vivo.

Na justificativa, Figueiró afirma que o acesso permanente à informação política, sobre os partidos e seus programas, candidatos e propostas é premissa incontornável do exercício da cidadania. Ele ainda lembra que a lei atual não prevê penalidades e essa omissão permite a divulgação de peças sem a interpretação.



Idosa tem pressão medida na rua: projeto amplia acesso das pessoas ao serviço

Farmácias e drogarias poderão medir pressão arterial de graça

Está pronto para ser incluído na pauta de votações do Plenário do Senado projeto que permite a farmácias e drogarias fazerem medição de pressão arterial gratuitamente. Hoje isso é proibido para que a farmácia não seja usada como consultório.

A proposta (PLC 194/2008) recebeu parecer favorável da

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Se for aprovada pelo Plenário, vai a sanção.

Do deputado Ricardo Izar (PSD-SP), o texto altera a Lei 5.991/1973, que permite a farmácias aplicarem injeções.

Servidores do Senado lançam livros hoje na biblioteca da Casa

Três livros de servidores do Senado serão lançados hoje às 18h30 na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho. O evento faz parte da campanha Talentos do Senado, que divulga produções artísticas dos profissionais da Casa.

Rose Rocha escreveu *O Corredor de Cetim*, Fátima Carizzi é autora de *Além do Sonho*, e Denise Resende fez o infantil *Família Coração*. As três obras estarão à venda por valores de R\$ 15 a R\$ 30 e terão exemplares na biblioteca.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

14h Sessão não deliberativa.

CE Acordo ortográfico

9h30 Gramáticos e especialistas debatem o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

CPMI DA PETROBRAS Cosenza

14h30 O diretor de abastecimento da Petrobras, José Carlos Cosenza, presta depoimento sobre denúncias que o ligam ao doleiro Alberto Youssef, preso pela Polícia Federal.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burl

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Mudanças na forma de tramitação das medidas provisórias realizadas em 2001 resultaram num total de 50 propostas que ainda precisam de decisão do Congresso Nacional. Uma delas trata da estrutura de remuneração dos militares e aguarda votação

Lei de 2001 congelou medidas provisórias que valem até hoje

A EMENDA CONSTITUCIONAL 32, promulgada em 2001, foi o primeiro instrumento que trouxe mudanças à forma de tramitação de medidas provisórias (MPs) no Congresso Nacional. Originada no Senado e fruto de um amplo debate, a emenda estabeleceu os atuais prazos, etapas e regras do processo de votação de MPs.

A emenda também teve outro efeito: congelou no tempo todas as medidas provisórias que vigoravam na época de sua promulgação, dando-lhes validade perpétua.

Pela atual legislação, as medidas provisórias são editadas pelo Poder Executivo e têm efeito imediato. Porém, devem ser debatidas e aprovadas no Congresso no prazo de 120 dias. Do contrário, perdem a validade.

Pelas regras anteriores, a validade de uma medida provisória era de 30 dias. Ou seja, todas as MPs editadas ou reeditadas no mês anterior à promulgação da EC 32 — que ocorreu em 11 de setembro de 2001 — foram alcançadas pela “eternização”.

— Como medidas provisórias, elas têm força de lei. A emenda constitucional garante a elas a validade de duração indefinida, que quase todas as leis têm. Insegurança zero — disse André Sak, diretor da Secretaria Legislativa do Congresso Nacional. Formalmente,



Congresso terá que decidir sobre 50 medidas provisórias editadas em 2001 e ainda não discutidas

as medidas provisórias ainda estão tramitando no Congresso.

— Temos que publicá-las em toda ordem do dia. Recentemente, fizemos um mutirão e preparamos encaminhamento de votação para todas elas para agilizar o trabalho numa eventual retomada da tramitação — relata.

Força de lei

Em maio deste ano, por exemplo, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), recebeu representantes das Forças Armadas que solicitaram retomada das discussões sobre a MP 2.215/2001, que reestrutura a re-

muneração dos militares. Válida até hoje, a medida aguarda a votação dos parlamentares.

Para o consultor legislativo do Senado Fernando Trindade, especialista em processo legislativo, não há nenhuma insegurança jurídica em relação às MPs sem prazo de validade.

— Na prática, elas já se transformaram em lei, mesmo sem o processo formal. A transformação formal está aqui [na emenda constitucional], quando diz que continuam em vigor. Não é só força de lei. Na minha avaliação, é também estabilidade de lei — afirmou.

Usuários poderão participar de decisões sobre reservatórios

Projeto do senador Kaká Andrade (PDT-SE) estabelece a participação obrigatória do Comitê de Bacia Hidrográfica — também chamado de Parlamento das Águas — nas decisões sobre alteração das vazões em reservatórios regularizadores. O objetivo do PLS 288/2014 é fortalecer a legitimidade e a representatividade dessas decisões, porque na deliberação do comitê estariam representados o poder público, os usuários de água e as entidades civis de recursos hídricos.

Para alcançar uma gestão hídrica descentralizada e participativa, o senador apresentou projeto que modifica a legislação (Lei 9.433/1997) que prevê a deliberação da Agência Nacional de Águas (ANA), em articulação com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), nas alterações de vazão outorgada.

“No momento dessas alterações, os interesses do setor elétrico têm preponderado sobre as necessidades dos demais setores usuários da bacia hidrográfica”, argumenta o senador.

O texto destaca a disputa pelo uso de recursos hídricos no país devido à recente escassez de chuvas. É o caso das Bacias dos Rios Paraíba do Sul e São Francisco, no Sudeste e Nordeste, respectivamente.

CPI mista ouve hoje diretor de Abastecimento da Petrobras

A CPI Mista da Petrobras ouve hoje, às 14h30, o diretor de Abastecimento da estatal, José Carlos Cosenza (foto), que assumiu o posto no lugar de Paulo Roberto Costa, preso pela Polícia Federal na Operação Lava-Jato. O depoimento ocorre em razão de dois requerimentos apresentados pelos

deputados Rubens Bueno (PPS-PR) e Carlos Sampaio (PSDB-SP) e subscritos pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), entre outros parlamentares.

Os membros da CPI querem que Cosenza explique acusações de que estaria ligado a ações consideradas criminosas praticadas por Paulo Roberto

Costa, pelo doleiro Alberto Youssef e pelo deputado Luiz Argôlo (SD-BA).

A Operação Lava-Jato apontou a existência de um esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas que envolveria contratos da Petrobras. Costa e Youssef, que estão presos, assinaram acordos de

delação premiada para revelar detalhes do esquema em troca de redução da pena.

O presidente da CPI mista, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), mencionou a intenção de tomar depoimento do doleiro Youssef, o que pode acontecer depois da eleição, talvez já na próxima semana.



Agência Petrobras

Odacir defende medidas para estimular desenvolvimento da Região Norte

Odacir Soares (PP-RO) afirmou que, para o Brasil se tornar mais competitivo e igualitário, precisa estimular o desenvolvimento dos estados do Norte. Nesse sentido, ele defende a concessão de compensações financeiras e fiscais em benefício da região.

Segundo o senador, o Brasil necessita aproveitar o potencial econômico da região, incentivando o turismo interno e externo na Amazônia e explorando melhor o potencial hidroviário, com a ampliação do transporte de mercadorias e de pessoas pelos rios amazônicos.

O parlamentar considera essencial o fomento à pesquisa, visando ao patenteamento dos princípios ativos da fauna e da flora amazônicas para medicamentos e outros produtos, o que ajudaria no combate à biopirataria.



Na avaliação de Odacir, a melhor política para a Amazônia é promover o equilíbrio entre a preservação da floresta e os avanços econômicos. Ele entende ser necessário, inclusive, refletir sobre

uma nova divisão territorial da região, o que poderia criar novos estados ou territórios federais.

— O Norte brasileiro abarca estados de dimensões colossais, alguns deles com áreas dezenas de vezes maiores que a de países europeus — disse.

O senador acrescentou que a Amazônia Ocidental é a parte mais bem preservada da região e possui uma grande biodiversidade, além de reservas de petróleo, gás natural, cassiterita e outros minérios. Riquezas que, para ele, precisam ser exploradas, garantindo uma vida melhor à população.

Prazo para governo pagar beneficiários do Aerus termina dia 28, diz Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) lembrou que, no dia 28, acaba o prazo de 30 dias dado pela Justiça Federal para que o governo pague os beneficiários do Instituto Aerus de Seguridade Social, voltado para os trabalhadores de empresas aéreas, entre elas a Varig.

Segundo ela, o fundo de pensão completou recentemente oito anos de intervenção. Ela acrescentou que a decisão do desembargador federal Daniel Paes Ribeiro, do Tribunal Regional da 1ª Região, tomada em 9 de setembro em favor do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA) e da Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas da Transbrasil, é clara e inquestionável, concedendo a antecipação de tutela aos membros do Aerus.



— Assegura, de forma imediata, o pagamento de R\$30 milhões mensais referentes aos recursos do Aerus como forma de compensar os aposentados e pensionistas prejudicados duramente

pelo não pagamento desse recurso previdenciário. É a aposentadoria complementar para a qual os participantes tinham a contribuição diária — disse.

Ana Amélia explicou que o prazo de 30 dias para cumprimento da decisão começou a contar no dia 29 de setembro, não havendo, segundo ela, mais dúvidas de que o direito deve ser assegurado. Caso esse recurso não seja pago, há previsão de multa de R\$100 mil por dia de atraso, alertou.

A decisão foi questionada pela União, mas o recurso não tem efeito suspensivo.

Em debate, o filólogo Evanildo Bechara defendeu o acordo ortográfico e se colocou contra proposta do especialista Ernani Pimentel de ampliar alterações na língua portuguesa

Gramáticos têm visões diferentes sobre acordo

EM DEBATE ONTEM na Comissão de Educação e Cultura (CE), o gramático Evanildo Bechara, membro da Academia Brasileira de Letras, defendeu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, enquanto Ernani Pimentel, presidente do Centro de Estudos da Língua Portuguesa, cobrou maior simplificação gramatical.

Pimentel lidera movimento para adoção de critério fonético, ou seja, a escrita das palavras orientada pela forma como se fala. Por esse critério, chave seria escrita com x ("xave"), sem preocupação com a origem das palavras.

— O ensino baseado na etimologia, na pseudoetimologia, é dos séculos que se foram. Podemos agora discutir formas mais objetivas e racionais — disse Pimentel.

Bechara, porém, considera que a simplificação fonética, "aparentemente ideal", resultaria em mais problemas que soluções, pois extinguiria palavras que têm o mesmo som, mas com escrita e significados diferentes. Como exemplo, ele cita as palavras seção, sessão e cessão, que ficariam reduzidas a uma só grafia — sesão.

O presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), explicou



Cyro Miranda (C) preside debate com Antônio Martins de Araújo, Evanildo Bechara, Ernani Pimentel e Thaís Nicoleti

que a intenção não é alterar o acordo, uma vez que esse papel cabe ao Executivo, em entendimento com os demais países signatários.

— Nossa obrigação é cha-

mar as pessoas envolvidas para dar opinião. Mas quem toma a frente é o Ministério da Educação e o das Relações Exteriores. Estamos mostrando as dificuldades e se, for possí-

vel, vamos contribuir — disse.

A vice-presidente da CE, senadora Ana Amélia (PP-RS), ressaltou que o papel da comissão é mediar a discussão, e não promover mudanças.

— Não vamos mexer uma vírgula no conteúdo do acordo. Não podemos. Estamos aqui fazendo articulação política que diz respeito aos interesses da defesa nacional.

Thaís Nicoleti, consultora de língua portuguesa do jornal *Folha de S. Paulo* e do UOL, elogiou o acordo ortográfico e defendeu o aprimoramento do ensino de português nas escolas brasileiras, com exigência de mais leitura.

Portugal não se opõe à mudança, diz Evanildo Bechara

Ao comentar afirmações sobre resistências ao acordo em Portugal, Evanildo Bechara afirmou que as críticas seriam localizadas e que revelam desconhecimento das mudanças propostas. Conforme ele, as novas regras têm a aprovação dos especialistas que repre-

sentam Portugal nos fóruns de discussão do assunto.

Quanto à dificuldade de adesão em Angola e Moçambique, o gramático considera normal que nesses países seja mais demorada a implantação do acordo, devido à existência de diversas línguas locais,

que coexistem com a língua portuguesa.

O acordo deveria entrar em vigor em janeiro de 2013 no Brasil, mas o prazo foi prorrogado por decreto até janeiro de 2016. A mudança foi motivada por problemas nas novas regras, apontados por

especialistas ainda em 2012.

Buscando sistematizar as sugestões de melhorias ao acordo, a CE criou, em 2013, um grupo de trabalho que deverá apresentar uma síntese em março de 2015.

O debate na comissão prossegue hoje, às 9h30.

Texto propõe mais 60% a professor

Professores da educação básica poderão receber adicional de 60% para trabalhar em regime de dedicação exclusiva com carga horária de 40 horas semanais. O objetivo é convencer os educadores a se dedicarem a um único cargo, o que evitaria o excesso de trabalho e melhoraria o rendimento em sala de aula.

A medida passará a valer se for aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2013, do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), que

aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Hoje, devido ao baixo salário da categoria, que recebe em média R\$ 2,5 mil, esses profissionais acumulam cargos e acabam se desgastando. Delcídio propõe que o custo do adicional fique a cargo da União, reconhecendo que estados e municípios não teriam condições financeiras de suportar o gasto.

A despesa anual com o adicional seria de R\$ 39,9 bilhões,

mas o montante gasto pelo governo federal dificilmente chegaria a esse total, já que grande parte dos professores não é efetivada por concurso público e o adicional seria opcional.

Delcídio observa também que, mesmo com o aumento, que elevaria o salário da categoria para R\$ 4 mil, na média, o valor ainda seria inferior ao que recebem os professores da rede federal de educação básica e ao que propõe o Plano Nacional de Educação (PNE).

Projetos destinam R\$ 714 milhões para ministérios

Três projetos de lei enviados recentemente pelo Executivo ao Congresso abrem créditos suplementares no valor total de R\$ 714,8 milhões em favor de sete ministérios. As propostas terão de passar por análise da Comissão Mista de Orçamento (CMO) antes de serem votadas no Congresso.

O PLN 33/2014 destina R\$ 489,2 milhões para os Ministérios da Defesa e da Justiça. Pela proposta, o Ministério da Justiça receberá R\$ 61,7 milhões para modernização da tecnologia da informação, aquisição de "veículo guincho tipo prancha" e processamento e arrecadação de multas aplicadas em rodovias.

Já o Ministério da Defesa usará R\$ 427,5 milhões para concluir a construção do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica, em Lagoa Santa (MG), e para modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro.

O PLN 27/2014 abre crédito de R\$ 194,5 milhões para os Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Os R\$ 68,4 milhões destinados ao Ministério da Previdência serão usados pelo INSS em despesas com serviços de processamento de dados de benefícios previdenciários e com registros relacionados ao

Cadastro Nacional de Informações Sociais.

O Ministério do Trabalho receberá R\$ 113,2 milhões para investimentos no Programa de Geração de Emprego e Renda, no Portal Mais Emprego, no ProJovem e no Sistema Nacional de Emprego, entre outros.

Por sua vez, o Ministério do Desenvolvimento Social usará R\$ 12,8 milhões na ampliação do apoio financeiro aos municípios e ao DF para manutenção da educação infantil em creches cujas famílias são beneficiárias do Bolsa Família.

Impostos

O PLN 35/2014 destina crédito de R\$ 31,1 milhões para os Ministérios de Minas e Energia (MME) e dos Transportes. Parte dos recursos serão usados pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) para pagamento de impostos.

Os R\$ 11,1 milhões do Ministério dos Transportes servirão, entre outros usos, para fiscalização da exploração da ponte que liga as cidades de São Borja (RS) e São Tomé, na Argentina.

Segundo o Executivo, os recursos desses três créditos adicionais têm como fonte o superávit financeiro de 2013, o chamado excesso de arrecadação e o remanejamento de recursos dentro dos próprios ministérios e seus órgãos.

Condicional pode ficar mais rígida

Podem ficar mais rígidas as regras para concessão de liberdade condicional e progressão de regime a condenados por crime hediondo, prática de tortura, tráfico de drogas e terrorismo. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 274/2014 altera o

Código Penal e a Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/1990).

A proposta aumenta o cumprimento da pena de dois terços para quatro quintos como requisito para o condenado alcançar a liberdade condicional. Além disso, aumenta

o cumprimento da pena de dois quintos para três quintos como condição para o condenado conseguir a progressão de regime, se for réu primário, e de três quintos para quatro quintos se for reincidente.

Para o autor da proposta, Ruben Figueiró (PSDB-MS), a sociedade quer que os criminosos cumpram, ao menos, parte considerável da pena antes da condicional.

— Com o endurecimento da resposta penal, a expectativa é a de que criminosos tenham certeza de que suas ações não ficarão impunes, fato que poderá desestimulá-los a continuar na senda criminosa — afirmou.

O projeto está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde aguarda emendas.



Preso por crime hediondo deve levar mais tempo para ter condicional, diz texto